

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA

ADRIANA GIMENES GONÇALVES

**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MARIO GADIOLI: ESPAÇO PARA O
LAZER E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA PELOS USUÁRIOS E
MORADORES DA REGIÃO**

Campinas

2019

ADRIANA GIMENES GONÇALVES

**REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MARIO GADIOLI: ESPAÇO PARA O
LAZER E A PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA PELOS USUÁRIOS E
MORADORES DA REGIÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Graduação da Faculdade de
Educação Física da Universidade de
Campinas para a obtenção do título de
Bacharela em Educação física

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral

ESTE TRABALHO CORRESPONDE A VERSÃO
FINAL DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO DEFENDIDO PELA ALUNA ADRIANA
GIMENES GONÇALVES E ORIENTADO PELA
PROFA. DRA. SILVIA CRISTINA FRANCO
AMARAL

Campinas

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação Física
Dulce Inês Leocádio - CRB 8/4991

G586r Gonçalves, Adriana Gimenes, 1986-
Revitalização da praça Mario Gadioli : espaço para o lazer e a percepção de
segurança pelos usuários e moradores da região / Adriana Gimenes Gonçalves. –
Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Sílvia Cristina Franco Amaral.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Lazer. 2. Espaços públicos. 3. Segurança. 4. Processos de renovação. I.
Amaral, Sílvia Cristina Franco. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade
de Educação Física. III. Título.

Informações adicionais complementares

Título em outro idioma: Revitalization of Mario Gadioli square: space for leisure and
perception of safety by regional users and residents

Palavras-chave em inglês:

Leisure

Public spaces

Safety

Renovation process

Titulação: Bacharel em Educação Física

Banca examinadora:

Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

Bruno Modesto Silvestre

Data de entrega do trabalho definitivo: 03-12-2019

COMISSÃO JULGADORA

Profa. Dra. Sílvia Cristina Franco Amaral

Orientadora

Profa. Dra. Olívia Cristina Ferreira Ribeiro

Bruno Modesto Silvestre

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Profª Drª Silvia Cristina Franco Amaral pela paciência e empenho despendidos ao longo da orientação.

Agradeço também a professora Olívia e ao Bruno pela leitura, paciência e contribuições fundamentais à construção deste trabalho.

Ao Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Públicas e Lazer pelas discussões contribuições e leituras. Ao Carlos e Danilo pelas conversas, apontamentos e incentivo para a continuação dos estudos.

Aos participantes voluntários que tornaram este trabalho viável.

Ao meu pai Francisco, pela compreensão e apoio, à minha irmã, Ariadine que mesmo distante está sempre presente. À minha mãe, Vanda, que sempre estará aqui em pensamento.

À Dadi, Pedro e Ka, pelas conversas, risadas, leituras e correções. Ao Alfredo, Fer e Ste, não sei como como seria esta graduação sem vocês aqui na FEF.

Aos meus amigos de São Paulo, EEFE07, ddd, carb, do rugby e do hand. Aos de Campinas, do Timburi, da vila e do beers. Agradeço pela paciência, saídas e conversas, sempre presentes e muito importantes em minha vida.

Enfim, a todos que de alguma forma contribuíram para a elaboração deste trabalho direta ou indiretamente.

GONÇALVES, Adriana Gimenes. Revitalização Da Praça Mario Gadioli: espaço para o lazer e percepção de segurança pelos usuários e moradores da região, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

RESUMO

Conhecendo um pouco mais sobre o lazer e seus conceitos, valorizando formas de atividade no tempo disponível que não sejam consumistas e com o pensamento da importância dos espaços públicos para essas práticas de lazer, encontrei-me instigada a fazer uma investigação sobre quais mudanças podem ocorrer em uma certa região a partir da revitalização de uma praça com equipamentos de lazer. Assim, esta pesquisa teve por objetivo investigar as mudanças que ocorreram no distrito de Barão Geraldo depois do processo de revitalização da Praça Mário Gadioli, principalmente em relação à percepção de segurança dos usuários da praça e dos moradores da região. Na elaboração deste estudo surgiram alguns questionamentos: como a revitalização e utilização de equipamentos de lazer podem influenciar a percepção de segurança dos moradores do entorno da praça e dos usuários de um determinado equipamento público de lazer e quais atividades passaram a ser realizadas neste espaço. A pesquisa de caráter qualitativo foi baseada nas respostas de dois diferentes questionários que, após serem submetidos e aprovados pelo comitê de ética da Unicamp, foram entregues um para os usuários da praça e outro para os moradores que vivem no entorno. Também foram realizadas observações na praça em diferentes períodos do dia e em diferentes dias da semana. Participaram da pesquisa um total de 30 voluntários, sendo 27 deles usuários da praça e 3 moradores. Após a aplicação do questionário, constatou-se que para a maioria dos usuários a revitalização teve grande influência na sensação de segurança. Entre os argumentos citados estavam a aproximação da população local, o aumento da circulação de pessoas e melhora na iluminação. Assim, com este estudo, buscamos realizar uma discussão sobre políticas pública de lazer e o uso da cidade, identificar quais atividades de lazer são realizadas, quais mudanças ocorreram na região após o projeto de urbanização e a percepção dos moradores e usuários após a revitalização da praça Mario Gadioli.

Palavras-chave: lazer; espaço público; segurança; revitalização.

GONÇALVES, Adriana Gimenes. Revitalization of Mario Gadioli Square: space for leisure and perception of safety by regional users and residents, 2019. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

ABSTRACT

Knowing a little more about leisure and its concepts, valuing non-consumer forms of activity in the available time and thinking about the importance of public spaces for these leisure practices, i have been encouraged to investigate what changes might occur in a certain region from the revitalization of a square with leisure equipment. This research had the primary objective of investigating the changes occurring in the district of Barão Geraldo after the revitalization project of Mário Gadioli square, mainly related to the perception of safety by the users and the residents of the region. During the conception of this study, an important question has arisen: How do the revitalization and usage of leisure equipment can influence in the perception of safety by the surrounding residents and users of a determined leisure equipment and which activities started to be performed in this space? The qualitative research was based on two different surveys being one directed to the square users and another to the surrounding residents. The surveys were applied after submission and approval by the Unicamp ethics committee. In addition to the surveys, observatory sessions were performed in different periods of the day and on different days of the week. After the submission of the surveys, it was noted that most users have found the revitalization process very important for the safety perception. a total of 30 volunteers participated in the research, 27 of them were square users and the other 3 were surrounding residents. Among the answers collected, we had the approach of the local residents, the increase in the flow of people and the improvement in public lighting. As a result, by the end of the study, the group was able to make a discussion about public policies for leisure and the use of cities, to identify the image of the square to the users, which leisure activities were performed in the region after the revitalization project and what is the perception of safety for the users and residents after the revitalization of the square.

Key words: leisure, public space, safety, revitalization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Foto Google Maps.	26
Figura 2 - Academia ao ar Livre, Campo de Areia de Futebol e Pista para Caminhada .	26
Figura 3 - Pista de Skate e Quadra Poliesportiva.....	27
Figura 4 Parque Para Crianças e Campo de Futebol de Areia	27
Figura 5 - Placa em Homenagem à Caio Ramos "Lemão"	31

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	Metodologia	13
2	POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO AO LAZER E EQUIPAMENTOS DE LAZER	16
2.1	Lazer como Direito.....	18
2.2	Lazer e a Cidade.....	22
3	LAZER, REVITALIZAÇÃO E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA: A PRAÇA MARIO GADIOLI..	25
3.1	Manutenção e utilização dos espaços de lazer	28
3.2	Uso e apropriação dos espaços	30
3.3	Lazer e Segurança	34
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
	APÊNDICE 1	43
	APÊNDICE 2	44
	ANEXO 1	45

1 INTRODUÇÃO

Conhecendo um pouco mais sobre o lazer e seus conceitos, valorizando formas de atividade no tempo disponível¹ que não sejam consumistas e com o pensamento da importância dos espaços públicos para essas práticas de lazer, encontrei-me instigada a fazer uma investigação sobre quais mudanças podem ocorrer em uma certa região a partir da revitalização de uma praça com equipamentos de lazer. Quais atividades passaram a ser realizadas nesse ambiente e quais as percepções dos usuários e moradores em relação à sensação de segurança?

A praça Mario Gadioli, localizada no distrito de Barão Geraldo em Campinas – SP, recentemente passou por um processo de revitalização, e foi entregue à população em Junho de 2017. Antes desse processo, a praça era formada somente por duas quadras sem manutenção e o resto do espaço era somente mato. Hoje a praça é composta por quadra poliesportiva, um campo de futebol de areia, pista de skate, academia ao ar livre, parque para crianças e calçada para caminhada.

Essa praça, após sua revitalização, passou a ser um dos pontos de referência para as experiências de lazer no distrito de Barão Geraldo.

Apesar do lazer ser um objeto de estudo interdisciplinar e de diferentes abordagens científicas e metodológicas, podemos afirmar que este tema é relativamente novo. Isto se deve constituição desse campo de estudo teve seus precursores há pouco mais de oito décadas. Tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, estudos específicos sobre o lazer começaram a se desenvolver somente a partir das primeiras décadas de 1900. (MARINHO; PIMENTEL, 2010).

Ainda que houvesse algumas obras escritas, Marinho e Pimentel (2010) ressaltam que, no Brasil, somente a partir da década de 1970 é que os pesquisadores, de fato, começam a dar mais atenção ao tema. Ainda assim, segundo esses autores, podemos afirmar que, no país, já existem temáticas bem consolidadas em relação à produção científica tendo como eixo central o lazer.

¹ Importante ressaltar a utilização da expressão “tempo disponível” no lugar de “tempo livre”. A escolha da expressão é feita pois, para os autores, tempo algum é livre de coações ou normas sociais

Um ponto a ser considerado quando se trata de estudo sobre o lazer é o fato de que não há uma única definição, tanto no senso comum como entre os estudiosos do assunto ou técnicos que atuam na área (MARCELLINO 2002). Para alguns, o lazer é fruto da sociedade moderna urbano-industrial. Enquanto para outros, ele sempre existiu, pois os homens sempre trabalharam, mesmo nas sociedades mais tradicionais. Concordando com Marcellino, de que há duas possíveis interpretações sobre a origem do lazer, neste estudo entendemos que se trata de um fenômeno moderno e que quando os sujeitos param de trabalhar, este tempo disponível seria ocupado por atividades de lazer (MARCELLINO, 2008).

Para Melo e Alves Junior (2003), o que conceituamos como lazer somente pode ser entendido em sua existência concreta atual e que o fato de haver equivalências não significa que os fenômenos são os mesmos. Para os autores, a palavra lazer, como um fenômeno social, passa a ser utilizada somente a partir de um determinado momento da história. Em um cenário onde as lutas sociais conseguem impor poucas, mas significativas transformações sociais. Dentre essas transformações, podemos citar as trabalhistas com a redução da jornada de trabalho e aumento do tempo de não trabalho.

Nesse contexto, Amaral e Costa (2012) consideram o lazer como uma manifestação humana, que ocorre no tempo e no espaço do não trabalho. Seria ele um fenômeno moderno com tensões entre o capital e o trabalho. Em seu estudo, esses autores procuram superar a ideia de que o lazer é somente a “recuperação do trabalho”.

Nos pautamos pela contradição dialética que se define, essencialmente, com a unidade indissolúvel dos contrários e, também, no trabalho do negativo, que implicará na inversão da dominância entre dois contrários até que se alcance a abolição de um e a emancipação do outro. O Lazer tomado desde esta interpretação será a constante de afirmações e negações da lógica do trabalho alienado, um processo transformador, que cria uma história, tida como sempre aberta, que irá se configurar como um tempo e espaço libertador, no qual pode acontecer a organização da cultura e uma intervenção voltada à vida em coletividade (AMARAL E COSTA, 2012, p.207).

Para Marcellino (2002), a disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade. Um outro fator interessante discutido por esse autor é o caráter desinteressado da atividade. Assim, a satisfação provocada pela situação é a única recompensa.

Sobre lazer e equipamento de lazer, Rechia e Tschoke (2014), fizeram um levantamento de estudos e pesquisas sobre espaços e equipamentos de lazer nas cidades. Esta pesquisa tem relação direta com este estudo. Após investigar os programas brasileiros de pós-graduação que oferecem mestrado e doutorado, cadastrados no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as autoras identificaram quais são os programas da área da Educação Física e/ou lazer que contemplavam, na produção científica, análises complementares e mais abrangentes sobre o lazer, especificamente sobre os espaços e equipamentos que facilitam ou dificultam que tais experiências sejam vivenciadas no meio urbano. Após o levantamento de somente treze estudos em dez anos, as autoras demonstraram que, apesar das pesquisas sobre lazer existirem, poucas são sobre equipamentos. Nesse sentido, nosso estudo pretende contribuir com este debate que muito pode impactar na vida nas cidades.

Neste trabalho, entenderemos como equipamentos de lazer as edificações e instalações em que acontecem eventos e atividades de lazer, com atribuições públicas ou privadas. Esses equipamentos podem ser classificados como específicos ou não-específicos. Os primeiros são construídos para a vivência do lazer, os segundos são aqueles que não foram construídos com a função de proporcionar o lazer, mas, muitas vezes, acabam com essa finalidade (PELLEGRIN, 2004a). Podemos mencionar a casa, a escola, a rua e o bar como exemplos de equipamentos não-específicos de lazer.

Ainda segundo Pellegrin (2004b), espaços de lazer são aqueles locais onde ocorrem as atividades, ações e projetos de lazer. O termo também pode ser utilizado para caracterizar um equipamento de lazer específico. De uma forma geral, espaços de lazer referem-se a todos os equipamentos de lazer e a espaços em potencial, como áreas verdes e vazios urbanos, de uma cidade.

Em relação à segurança dos espaços, Jane Jacobs (2013) refere-se aos “olhos vigilantes”. Para a autora, uma rua bem frequentada tem a possibilidade de ser uma rua segura. Em contrapartida, uma rua pouco movimentada provavelmente é uma rua insegura. Quando uma área tem movimento, a rua é composta por “olhos” que a vigiam. Com uma área atrativa, teremos mais “olhos” vigiando as ruas, e isso leva a uma maior sensação de segurança. Uma rua animada tem sempre usuários e observadores.

Podemos perceber, assim, que há relevância na construção e manutenção de espaços públicos interessantes e que sejam atrativos para os indivíduos. Isso posto, compactuamos com Rechia e Betrán (2010) de que quanto mais pessoas se apropriarem dos espaços públicos, mais esses espaços poderão oferecer segurança para os cidadãos. Além disso, para Silva (et al, 2016) a percepção de segurança deve ser considerada um fator significativo para a prática de lazer nos espaços públicos. Isto é, se não se sentirem seguras em um determinado local, as pessoas não frequentarão esse local para o lazer.

Tomando como lócus de pesquisa a praça Mário Gadioli, surgiram alguns questionamentos para este estudo: Como a revitalização e utilização de equipamentos de lazer podem influenciar na percepção de segurança dos moradores do entorno do equipamento e dos usuários de um determinado equipamento público de lazer?

Assim, esta pesquisa tem o objetivo de investigar as mudanças causadas pela revitalização de um equipamento de lazer, neste caso a Praça Mario Gadioli, na região de Barão Geraldo, buscando elencar quais atividades de lazer são realizadas na praça, verificar a percepção de segurança dos moradores e usuários após o processo de revitalização da praça e ,neste processo, fazer uma breve discussão sobre políticas públicas de lazer e o uso das cidades.

Para realizar este trabalho, nós nos baseamos nas respostas de questionários entregues aos usuários da praça e aos moradores da região, além da observação da pesquisadora e relatos no seu diário de campo. Assim, em um primeiro momento, traremos para este estudo alguns resultados obtidos durante a pesquisa, com uma discussão sobre políticas públicas, direito ao lazer e equipamentos de lazer.

Em um segundo momento, realizaremos uma discussão sobre lazer, revitalização e a sensação de segurança de um determinado equipamento de lazer, com uma maior aproximação da Praça Mario Gadioli.

Participaram da pesquisa um total de 30 voluntários, todos adultos maiores de 18 anos, que responderam aos questionários. Destes, 27 eram usuários da praça e apenas 3 residentes nas ruas que a circundam. Assim participaram da pesquisa um total de 9 mulheres e 21 homens. A pesquisadora encontrou uma certa dificuldade em obter os questionários respondidos pelos moradores. Algumas vezes estes não demonstravam interesse em participar da pesquisa ou alegavam estarem ocupados. Por isso o número tão reduzido.

1.1 Metodologia

Para a efetivação deste trabalho, realizamos uma pesquisa qualitativa, com revisão bibliográfica, observação e aplicação de um questionário. Nos preocuparemos aqui com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados, nos centrando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Uma vez que as autoras Gerhardt e Silveira (2009) apontam que todo trabalho científico inicia com uma pesquisa bibliográfica, que permite os autores conhecerem o que já foi publicado sobre o tema. Esta pesquisa, contém uma revisão bibliográfica realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas.

Com o intuito de atender às expectativas, foi decidido por um único espaço com equipamento de lazer recentemente revitalizado. Assim, a observação sobre as mudanças na região seria facilitada. O espaço selecionado foi a Praça de Esporte Mario Gadioli, que recentemente passou por uma reurbanização. Localizada no distrito de Barão Geraldo em Campinas – SP, teve sua obra de revitalização finalizada em Junho de 2017 e foi financiada pelo governo municipal de Campinas – SP. Este estudo teve duração de um ano e apoio da instituição SAE – Unicamp². Foi baseado nos resultados obtidos a partir da observação da pesquisadora e respostas de questionários que foram entregues para os frequentadores da praça.

² Bolsa de Iniciação Científica PIBIC – SAE-Unicamp

Após a aprovação do projeto no Comitê de Ética da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, sobre o parecer CEP 3.00.363 e CAAE 549018.8.0000.5404, foi entregue um questionário para os moradores da região que circunda a praça (APÊNDICE 1), e um outro para as pessoas que utilizavam a praça Mario Galdioli (APÊNDICE 2).

Os dois questionários são bem parecidos, tendo como o único diferencial o ponto em que os moradores puderam responder à pergunta sobre o tempo em que moram na região. Os questionários foram compostos por questões que possibilitassem a caracterização do sujeito, como por exemplo: profissão, idade e gênero. Além disso, possuem perguntas que caracterizaram quais as atividades de lazer dos participantes e quais atividades são por eles realizadas na praça Mario Gadioli.

Os participantes da pesquisa foram escolhidos de forma aleatória. Para participar, eles tinham que ser maiores de 18 anos, ser usuários da praça ou morar no entorno. Não participaram da pesquisa aqueles sujeitos que não estiveram dispostos a responder os questionários propostos.

O questionário, instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser escritas pelos voluntários (MARCONI, LAKATOS, 2003), foi escolhido como instrumento para o desenvolvimento da pesquisa, pois é um material de fácil manipulação, possível de abranger um grande número de participantes sem a necessidade de um elevado número de pessoas atuando no projeto. Além disso, há uma maior liberdade e segurança nas respostas em razão do anonimato. Entretanto, entendemos que ele pode vir a apresentar algumas limitações como o fato de não poder ser aplicado em pessoas analfabetas e perguntas poderem ficar em branco por não serem respondidas.

Os questionários foram compostos por perguntas abertas e fechadas com o objetivo de coletar dados significativos para este estudo. Apesar da pesquisa não representar riscos físicos ou psicológicos previsíveis para os participantes, o preenchimento do questionário poderia trazer algum constrangimento de caráter pessoal. Caso o participante não se sentisse à vontade de preencher alguma questão,

houve a orientação para que deixasse o espaço em branco ou para que a questão não fosse respondida.

Também foram realizadas observações na praça em diferentes períodos do dia e diferentes dias da semana. A observação foi dividida em dois momentos. Em um primeiro momento ela foi participante. Isso significa que o observador teve uma relação direta com seus interlocutores, participando da vida social, mas mantendo a finalidade de colher dados e compreender a pesquisa (MINAYO, 2009). Em um segundo momento, foi entregue um questionário para os frequentadores da praça. Minayo (2009) ressalta a importância da utilização do diário de campo, que nada mais é do que um caderno onde foram anotadas as informações que o pesquisador achava necessárias e relevantes e que não faziam parte do material formal de coletas de dados.

Esta metodologia foi escolhida pois a aproximação do pesquisador com o evento estudado possibilita um acontecimento e estabelece experiências no campo pesquisado. Além disso, escolhemos a observação participante pois assim podemos identificar situações e fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas. Foram realizadas aproximadamente 25 observações, que ocorreram em Dezembro, Janeiro e início de Fevereiro.

Ao final do projeto, com o levantamento das respostas dos questionários e uma análise do diário de campo, nos propusemos a identificar o significado da Praça de Mario Gadioli para os usuários, quais são as atividades de lazer realizadas, quais mudanças ocorreram na região após o projeto de urbanização e a sensação de segurança pelos moradores e usuários após a revitalização da praça.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITO AO LAZER E EQUIPAMENTOS DE LAZER

Para dar início a esta discussão, entenderemos que vivemos em uma sociedade com indivíduos e que uma de suas características é a diferenciação social (RUA, 1998). Segundo Rua (1998) além de possuírem atributos diferentes como idade, sexo e religião, por exemplo, também possuem ideias, valores interesses e aspirações. Estas características fazem com que a vida em sociedade seja complexa e cheias de conflitos.

Seguindo estes pensamentos, Rua (1998) conceitua política como um conjunto de procedimentos formais e informais, com relações de poder, e que se destinam à resolução dos conflitos pacificamente, em torno da alocação e recursos públicos quanto a bens públicos.

Os envolvidos nesses conflitos são chamados de “atores políticos” que são diversos e apresentam características distintas (RUA 1998). Para Rua (1998) estes atores podem se públicos ou privados. Entre os autores privados destacam-se os empresários. Enquanto que os atores públicos, são aqueles que exercem funções políticas e mobilizam os recursos associados a essa função.

Ainda segundo Rua (1998), os autores públicos podem-se diferenciar entre burocratas e políticos. Os primeiros, devem sua posição à ocupação de cargos que requerem conhecimento especializado e que situam um sistema de carreira pública. Enquanto que os políticos são autores cuja posição resulta de mandatos eletivos. A sua participação é voltada principalmente para o cálculo eleitoral e pertencimento a partidos políticos.

A autora ainda ressalta os trabalhadores como outro ator importante. O poder destes resulta da ação organizada e atuação através de sindicatos. Para Rua (1998) é importante considerar que, no caso dos trabalhadores, dependendo da importância estratégica do setor em que atuam eles podem deter maior ou menor poder de pressão.

Em relação as políticas públicas, Giovanni (2009), afirma que este conceito vai além da ideia de ser simplesmente uma intervenção do estado em uma situação problemática. O autor entende política pública como

uma forma contemporânea de exercício do poder nas sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre o Estado e a sociedade, entendida aqui em um sentido amplo, que inclui as relações sociais travadas também no campo da economia. (GIOVANNI, 2009, p. 1)

Amaral (2018), em seu estudo, relata que “a política pública é o caminho do consenso sobre determinado direito social, seja este consensuado por uma ampla maioria ou resultado do poder exercido por determinada classe social sobre as demais” (AMARAL, 2018, p. 92)

Para Santos e Amaral (2010) quando nos referimos a políticas sociais temos como objeto de estudo os direitos sociais. Estes direitos, diferentemente dos civis e políticos são alcançados por meio de ações positivas do Estado. Estas ações se concretizam em políticas sociais.

Ainda segundo as autoras os direitos sociais são entendidos como direitos mínimos e universais. As políticas sociais são seções das políticas públicas e fundamentais para a materialização da cidadania.

Para Santos (2014):

Os direitos sociais são tidos como conquistas dos trabalhadores, como resultado da luta política entre capital e trabalho, que ocorre em cada país de forma diferente, são compreendidos como construções decorrentes de múltiplos conflitos e interesses (SANTOS, 2014, p.1)

O lazer foi considerado pelo Estado brasileiro um bem essencial aos cidadãos e ao seu bem-estar no momento histórico e contexto político da construção da constituição de 1988. E o acesso a esse bem foi considerado um fator condicionante da cidadania (SANTOS 2014).

Entretanto, nos pautando nas características dos direitos sociais, Santos (2014) nos alerta que não houve mobilização e organização em torno do lazer como direito social que justificasse sua definição como direito social na constituinte. Assim, o autor conclui que os constituintes foram os responsáveis pela inclusão do lazer como um direito social na Constituição de 1988.

Apesar de o lazer se encontrar como um direito social, presente na constituição Brasileira de 1988. Nem sempre ele é aplicado ou garantido a todos, como veremos a seguir.

Com a criação do Ministério do Esporte em 2003, as políticas públicas de lazer e esporte passara para um novo nível. No Brasil é impossível discutir políticas públicas como o direito ao lazer sem falar do direito ao esporte. Isso se deve ao fato de que aqui, as políticas sociais de lazer serem medidas pela política esportiva (ALVES, 2008).

2.1 Lazer como Direito

Como falamos anteriormente, o lazer é um direito garantido pela Constituição Brasileira de 1988. Mais especificamente, é referenciado textualmente nos artigos 6º, 7º, inciso IV, 217, parágrafo 3º, e 227. (DUARTE, 2015). Na constituição, o lazer é definido como um dos direitos sociais assim como a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (MENICUCCI, 2006).

Apesar de o parágrafo terceiro do artigo 217 definir que o poder público incentivará o lazer como forma de promoção social, segundo Menicucci (2006) diferentemente dos outros direitos não foram definidos os princípios, diretrizes, objetivos, os mecanismos e regras institucionais que deveriam orientar a concretizar o direito ao lazer. Assim, Duarte (2015) nos alerta que a simples reprodução do texto constitucional, apesar de justificar como direito fundamental de todos os brasileiros, não dá a garantia, proteção e efetividade do direito ao lazer.

Rua (1998) em seu estudo nos apresenta algumas características necessárias para que uma situação ou estado de coisas sejam considerados um problema político e passem a ser um item prioritário da agenda governamental. Para a autora, para que uma certa situação seja considerada prioritária deve conter pelo menos uma das seguintes características: mobilize ação política, seja ação coletiva de grandes grupos, seja ação coletiva de pequenos grupos; constitua uma situação de crise, calamidade ou catástrofe, de modo que ônus de não resolver o problema seja

maior do que o de resolve-lo e, ou; constitua uma situação de oportunidade, isto é vantagens a serem adquiridas quando houver a solução de um certo problema (RUA, 2018)

Neste momento, notamos que o fato de não ter princípios bem definidos, diretrizes, objetivos e regras institucionais, o lazer acaba ficando em segundo plano para se concretizar em um direito. Tanto por parte das autoridades quanto por parte dos cidadãos.

Marcellino (2006) aponta que quando as pessoas são perguntadas sobre a importância do lazer em suas vidas, as respostas são sempre colocadas como últimas. Para o autor, isso se deve ao fato de o lazer ter pouca ressonância social, ainda não ser visto como um direito social e também devido à hierarquia das necessidades.

Santos e Amaral (2010) nos alertam que a ausência de reivindicações populares por lazer pode acarretar em obstáculos para ele se legitimar como direito social e como política social.

Seguindo ainda os pensamentos das autoras, devido a uma falta de definição precisa, o lazer pode deixar de ser garantido a população. Para Santos e Amaral (2010), pelo fato de o lazer ser uma política de governo, ocorre uma não continuidade das ações propostas. Pois a cada novo governo são decididas novas propostas e prioridades nas quais o lazer pode não ser considerado e não estar presente.

Pelo fato de o lazer ter sido objeto de ação apenas dos governos e não do Estado brasileiro, faz com que o lazer não se consolide em direito social. Pois cada governo (federal estadual e municipal) realizam políticas de lazer orientadas por diferentes opiniões, ponto de vista, normativas e entendimentos do lazer, com diretrizes diversas e financiamentos não determinados (SANTOS E AMARAL, 2018).

Santos e Amaral (2010) nos mostram algumas ações do Estado que tratam o lazer desde o início do século XX. Como exemplo podemos citar o Estatuto das Cidades, Lei de Incentivo ao Esporte, Lei de Incentivo à Cultura; campanhas como o “Mexa-se” e “Esporte para todos” e; projetos como o Esporte e Lazer na Cidade. Entretanto, as autoras nos advertem que essas ações são difusas e não colocam o lazer

como objeto principal. Além disso, as campanhas e projetos são ações de governos que, apesar de terem continuidade, podem sofrer modificações a cada nova gestão.

Com o intuito de fazer o lazer ser reconhecido como um direito, ele deve ter asseguradas condições para sua expressão e exercício (MAGNANI, 2015). Assim, devemos compreender o direito ao lazer como condição e consequência do exercício da cidadania ativa e efetiva (DUARTE, 2015).

Com o propósito de fazer com que o lazer passe a fazer parte da realidade cotidiana do brasileiro, é importante entendê-lo como um direito social e, consequentemente, uma das dimensões da cidadania (RECHIA, 2015).

O direito ao lazer não se mantém somente pelos gestores, para que todos o desfrutem. O direito ao lazer mantém-se a partir do diálogo, da parceria, do interesse, da luta, do pacto entre direitos e deveres, entre cidade e cidadão, visando o 'conviver' nos grandes centros urbanos. Para tanto, deve haver mútua confiança entre gestão pública e cidadão... (RECHIA 2015, p. 57)

Ainda para esta autora, “a sociedade atual precisa recuperar o direito de ter direito ao lazer qualificado” (RECHIA, 2015, p. 58). Pois é nesse momento em que os indivíduos podem criar e fortalecer vínculos sociais.

Marcellino (2008) nos alerta dizendo que o fator econômico é determinante desde a distribuição do tempo livre entre as classes sociais, até as oportunidades de acesso à escola e contribui para a apropriação desigual do lazer. Com este foco, o autor nos mostra o conceito de barreiras interclasses sociais. São elas aspectos que inibem e dificultam as práticas de lazer, fazendo com que se constitua em privilégio.

Nesse sentido, o autor afirma que a classe social, o nível de instrução, a faixa etária, o gênero entre outros fatores, limitam as oportunidades de prática de lazer. E que estes fatores indesejados necessitam ser atacados por uma política que objetive a democratização do lazer.

Sobre a questão de gênero ser uma barreira para a prática do lazer, com a observação da pesquisadora e as respostas dos questionários, em nossa pesquisa notamos que a maioria dos frequentadores da praça são do sexo masculino. Dos participantes que responderam o questionário, 21 dos participantes eram do sexo

masculino e 9 do sexo feminino. Destas 9 participantes mulheres, 3 declararam não fazer atividades na praça, a não ser acompanhar os filhos.

Estes resultados colaboram com os estudos de Goellner et al (2010), que pautam a diferença entre o lazer dos homens e das mulheres. Este trabalho expõe que enquanto os homens preferem realizar suas atividades de lazer ao ar livre e fora de casa, as mulheres normalmente têm suas atividades de lazer junto com a própria família ou dentro do ambiente doméstico. Ainda segundo a autora, isso pode ser analisado segundo uma perspectiva da divisão social do trabalho, pois, em sua maioria, ainda são considerados responsabilidades das mulheres os cuidados da casa e da família.

Almeida et. al. (2012) salienta que as escolhas de lazer das mulheres poderão estar vinculadas aos espaços destinados ao sexo feminino, que lhes atribuirão significado. Uma vez que dentro da estrutura social são delegados a elas o espaço doméstico e papéis como os de mães e esposas. Ainda segundo o autor, o mesmo acontece com os indivíduos do sexo masculino. As funções sociais de trabalhador e de chefe de família que lhes são atribuídas proporcionam o conhecimento e apropriação de espaços sociais diferentes do doméstico.

Ainda sobre a temática gênero e lazer, Almeida et al (2012) aponta que apesar de muitos estudos se debruçarem sobre a questão da adesão à atividade física no lazer e considerarem a prevalência de homens e mulheres em seus resultados, poucas são as pesquisas se preocupam em buscar explicações para este comportamento.

Retornando aos pensamentos de Marcellino (2008), entendemos que democratizar o lazer implica democratizar o espaço. Antes de se discutir sobre o tempo disponível, devemos pensar no espaço disponível para a prática do lazer. E se a questão for colocada em termos da vida diária da população, não podemos fugir do fato de que o espaço de lazer é o espaço urbano.

Assim, achamos importante o apontamento das autoras Rechia e Tschoke (2014) quando dizem que o direito ao lazer passa prioritariamente pelo acesso aos equipamentos de lazer.

2.2 Lazer e a Cidade

Bahia e Figueiredo (2017) nos dizem que, para que se tenha elementos para a gestão do lazer vivenciado nas cidades, é necessário compreender a dinâmica das cidades e dos espaços públicos de lazer. Para Amaral (2018), quando falamos de políticas públicas de lazer, estamos nos referindo ao ordenamento urbano, planos diretores e ações decorrentes destes em prol de direitos sociais, em especial do lazer.

Entenderemos a cidade como um espaço complexo que, ao mesmo tempo que inclui muitas pessoas, pode excluir outras, em termos de acesso a seus direitos, geralmente as menos favorecidas (RECHIA, SILVA e GONÇALVES, 2017). Além disso, a cidade é uma paisagem artificial, construída por pessoas, composta por ruas, avenidas, casas, edifícios, empresas, equipamentos sociais, parques, praças e bosques (RECHIA, 2015). É nestes espaços urbanos, com diferentes funções, que se estabelecem múltiplas práticas sociais.

Uma política pública de estado importante criada para dar organicidade ao urbanismo brasileiro foi o Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de julho de 2001) (AMARAL, 2018). O Estatuto da cidade, respeitando os acordos mundiais em prol de um desenvolvimento sustentável, define diretrizes que os municípios devem seguir ao elaborarem sua política urbana, para que todos, pobres e ricos, desfrutem dos benefícios da urbanização a fim de garantir cidades justas. (MARICATO, 2010 apud AMARAL, 2018).

O Estatuto da Cidade, ocorreu em um momento em que as cidades reivindicavam por respostas urbanísticas que o ordenamento jurídico não conseguia oferecer. Em seu artigo 40, atribui o Plano Diretor como ferramenta-mestra do sistema de planejamento desenvolvimento urbano e rural (CAMPINAS, 2006)

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é obrigatório para as cidades com mais de 20 000 habitantes, pertencentes às regiões metropolitanas e aglomerados urbanos, em áreas de influência de empreendimentos com significativo impacto ambiental e que queiram aplicar os instrumentos específicos. (CAMPINAS, 2006)

Entenderemos o Plano Diretor como

“...o instrumento que estabelece um conjunto de regras e princípios orientadores e indutores da ação dos diversos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano...considerando o meio ambiente, o sistema viário, os usos e ocupações, as condições de saneamento e infraestrutura.” (CAMPINAS, 2006, p. 1)

Embora o Estatuto da Cidade seja uma política de estado com o propósito de gerar uma cidade justa para todos, como exposto anteriormente, Bahia e Figueiredo (2017) nos chamam a atenção para como, com uma perspectiva da problemática urbana, as cidades se mostram em duas realidades paradoxais: a “cidade legal” e a “cidade real”. A primeira é ordenada e garantida apenas nos aparatos de leis (Constituição Federal, Estatuto das Cidades, Plano Diretor) e a segunda, com deficiências, ocorre a falta de cumprimento das diretrizes legais instituídas e a falta de participação popular nas decisões.

Ainda segundo as autoras, o espaço público vem perdendo seu uso multifuncional. Fato que contribui para o “enclausuramento” das pessoas. Assim, há uma tendência a uma privatização das vivências cotidianas deixando as pessoas cada vez mais limitadas a seu espaço doméstico.

Podemos dizer que os espaços públicos de convivência social estão sendo privatizados. Quando estes espaços, os equipamentos públicos de lazer, as áreas verdes e o lazer propriamente dito são privatizados, eles se tornam produtos do mercado (BAHIA e FIGUEIREDO, 2017). Com isso, há uma exclusão das pessoas que não podem pagar pelo uso desses bens que deveriam ser públicos.

Lima (2015) também nos chama a atenção para o fato de as cidades estarem perdendo gradativamente os espaços públicos de lazer, e em decorrência disso, há uma queda na qualidade de vida dos moradores das cidades. Para o autor, isso se deve ao fato de os espaços públicos de lazer não serem considerados como essenciais e valorizados pelos gestores, atrelado a um descaso e conformismo dos diversos segmentos da população, no que diz respeito às reivindicações e cuidado desses espaços.

Em relação à privatização dos espaços, Marcellino (2008) nos alerta que o lazer também passou a ser visto pelos grandes investidores como uma mercadoria.

Quando isso acontece, as possibilidades oferecidas em termos de lucro se tornam os critérios levados em conta para a construção e manutenção em funcionamento dos equipamentos (MARCELLINO 1995). Assim, em seu estudo, Marcellino (2008) afirma que é preciso que o poder municipal entenda a importância dos espaços urbanos de lazer nas sociedades, antes que empresas os transformem em produtos acessíveis somente a classes sociais mais altas.

Retomando os pensamentos de Bahia e Figueiredo (2017) sobre a cidade legal e a cidade real podemos fazer uma breve reflexão sobre como as políticas públicas são oferecidas pelo governo, como que elas chegam para a população e como o cidadão usufrui desse direito.

Utilizando o Plano Diretor como exemplo, este deverá definir os instrumentos de gestão democrática para que sua aplicação seja implementada e e possa ser acompanhada. Poderão ser utilizados como recursos o Conselho da Cidade, Conferências da Cidade, debates, audiências, consultas públicas e a iniciativa popular de projetos de lei (CAMPINAS 2006). Isto é atendido pelo princípio constitucional da participação popular.

Assim, o Plano diretor teria sua implementação elaboração e revisão participativa, envolvendo toda a sociedade na construção coletiva dos destinos da cidade. (CAMPINAS, 2006). Uma reflexão válida é como são as participações populares nestes colegiados.

3 LAZER, REVITALIZAÇÃO E SENSAÇÃO DE SEGURANÇA: A PRAÇA MARIO GADIOLI

Recentemente, a Praça Mário Gadioli passou por um processo de revitalização financiado pelo governo municipal de Campinas, em São Paulo. Ela está localizada no distrito de Barão Geraldo em Campinas - SP, que conta com aproximadamente 56 mil habitantes residentes (IBGE, 2010), distribuídos em 72 bairros.

Barão Geraldo é conhecido por sediar a Universidade Estadual de Campinas - Unicamp e por centralizar um dos maiores polos de tecnologia do país, composto por quatro faculdades (Unicamp, Pontifícia Universidade Católica de Campinas – Puc-Campinas, Facamp e Universidade São Francisco) e importantes centros de pesquisas como o CPQD e o Laboratório Nacional de Luz Sincrotron na região. Também sedia relevantes centros hospitalares de pesquisa médica como a Sociedade Brasileira de Pesquisa e Assistência para Reabilitação Craniofacial, Hospital de Clínicas da Unicamp e o Centro Infantil Boldrini.

Localizado no cruzamento da rua José Antônio Marinho com a Rua Ângelo Vicentin, o espaço de lazer revitalizado está inserido na região central de Barão Geraldo, perto do acesso ao distrito e atrás do Terminal Central de Ônibus. Com isso, entende-se que a praça se mostra um espaço privilegiado, uma vez que, além de estar bem localizada (região central e de movimento), é de fácil acesso para todos.

Para facilitar a localização da praça, trazemos aqui uma foto com uma parte de Barão Geraldo tirada do Google Maps (Figura 1). A parte circulada em vermelho representa a praça, próxima a entrada de Barão Geraldo. Em Amarelo, indicamos a Rodovia Zeferino Vaz (SP-332), também conhecida como Rodovia Campinas-Paulínia. Em Azul, está destacada a Universidade Estadual de Campinas



Figura 1 - Foto Google Maps³.

Anteriormente ao processo de revitalização, a praça apresentava somente duas quadras sem manutenção. O resto do espaço apresentava uma condição de manutenção precária com muito mato e entulhos, tornando-se um depósito de lixo. Hoje a praça é composta por uma quadra poliesportiva, pista de skate, campo de futebol de areia, parque para crianças, academia ao ar livre e calçada para caminhada (Figuras 2 e 3).



Figura 2 - Academia ao ar Livre, Campo de Areia de Futebol e Pista para Caminhada

³ Foto Google Maps. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-22.8240325,-47.0785212,3328m/data=!3m1!1e3> >. Acesso em: 8 nov. 2019



Figura 3 - Pista de Skate e Quadra Poliesportiva



Figura 4 Parque Para Crianças e Campo de Futebol de Areia

Lembrando que o lazer é uma atividade realizada no tempo disponível e de caráter desinteressado, durante o período de observação a pesquisadora fez um levantamento das atividades que eram realizadas na praça (Quadro 1). Em resposta ao questionário os participantes também citaram quais atividades de lazer realizavam (Quadro 2). Escolhemos fazer estes dois levantamentos pois nas atividades citadas pelos participantes poderiam ser diferentes das observadas pela pesquisadora. Por exemplo, não teríamos atividades realizadas pelas crianças ou adolescentes. E Como a pesquisadora pode perceber, algumas atividades citadas poderiam não ser observadas por ela.

Quadro 1 - Atividades de Lazer Observadas Pela Pesquisadora

Caminhada	Corrida
Atividades Realizadas na Academia ao ar	Passear com o Cachorro
Livre	
Andar de Skate	Futebol de Areia
Futsal	Vôlei de Areia
Vôlei	Andar de Bicicleta
Crianças Brincando no Parquinho	Andar de Patins
Brincar com os Filhos	Piquenique
Dança	Roda de Capoeira

Quadro 2 – Atividades de Lazer Citadas nos Questionários

Torcida	Descansar vendo as crianças brincarem
Caminhada	Passear com o Cachorro
Trazer os filhos para Brincar	Andar de Skate
Andar de Skate	Passear
Futebol	Alongamento e Exercícios
Academia	Andar de Patins
Corrida	

3.1 Manutenção e utilização dos espaços de lazer

Nas grandes cidades, a discussão de distribuição de lazer é muito complexa, principalmente quando nos referimos à restrição do acesso às possibilidades de lazer (MONTEIRO, 2009). A organização e manutenção dos espaços urbanos, de forma geral, estão ligados à política, assim como os espaços de lazer. (PELLEGRIN, 2004b).

Quando nos referimos ao direito ao lazer na cidade, não podemos esquecer de que ela própria é, em si mesma, um grande equipamento de lazer. E com isso, seus problemas e desigualdades são objeto de disputas e controvérsias (MAGNANI, 2015).

Rechia (2015) entende que, nas grandes cidades, as relações sociais se procedem na forma de relações espaciais e políticas. Isto é, a vida nas cidades está

pautada na relação dialética entre os espaços construídos e suas formas de apropriação.

Assim, podemos compreender os espaços e equipamentos públicos de lazer das cidades como característico de um modo possível e diferente de pensar e viver a cidade (RECHIA, 2015).

A autora ainda ressalta:

[...] interessante pensar que práticas sociais realizadas nos interstícios da vida cotidiana, em espaços públicos destinados às vivências no âmbito do lazer, podem significar certa 'linha de fuga' do tumulto do meio urbano. Da mesma forma, tais experiências podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos, os quais diferem de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas. Elas podem envolver uma relação um pouco mais ética com a cidade, um convívio mais harmonioso com a diferença, além de autonomia e vivência com a cultura local. (RECHIA, 2015, p. 50)

Como já foi falado, nas cidades o espaço do lazer é o espaço urbano. Assim, os equipamentos de lazer podem ser considerados como espaços fundamentais de encontro com o outro (MONTEIRO, 2009).

Para Rechia e Betrán (2010), os espaços de lazer são relevantes por comporem aspectos que fazem parte de uma comunidade de convivência. Com tal característica, são considerados lugares de socialização, de potencialização de identidades culturais, de possibilidades de estabelecer relações multiculturais e integração social.

A utilização de um espaço pode nos levar ao conceito de territorialidade. Este remete ao sentimento de pertencimento e modo de agir em um dado espaço.

No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou da comunidade. (MONTEIRO, 2009, p. 96)

Assim, Monteiro (2009) reforça a importância de se intensificar o envolvimento da comunidade interessada com seus territórios, quando criarmos políticas públicas direcionadas para criação e manutenção dos equipamentos públicos de lazer. Quando isto não é realizado, corremos o risco de esvaziar o espaço.

Sabendo que as ações estatais devem se fazer presentes na forma de manutenção e de melhoria dos espaços e equipamentos adequados para a prática de lazer (BETTIN; PEIL; MELO, 2018), podemos dizer que uma comunidade é dotada de uma cultura própria. Assim, os espaços e parques têm que abranger as necessidades reais dos usuários. Isto posto, concordamos com Monteiro (2009) que é importante se considerar as práticas e as relações dos sujeitos com o seu território e um grande desafio é a construção de políticas públicas que considerem os sujeitos e seus territórios. Principalmente quando relacionadas a equipamentos públicos de lazer.

3.2 Uso e apropriação dos espaços

Após a revitalização, a praça se mostrou um espaço de encontros de diferentes grupos com diferentes interesses e faixa etária. Como exemplo podemos citar que a pista de skate normalmente é a mais utilizada e mais ocupada. No período da manhã, adultos e idosos utilizam a academia ao ar livre. Às terças de noite, um grupo de capoeiristas se encontra para jogar capoeira. No período de férias, principalmente, crianças revezam para brincar no parque ou nos outros espaços.

Apesar de diferentes grupos utilizarem a praça e se manifestarem de diferentes formas, a pesquisadora não encontrou disputas territoriais significantes que poderiam ocorrer entre os usuários.

Devido aos diferentes significados da palavra apropriação, neste estudo entenderemos o termo no sentido de “tornar próprio; de si mesmo; atribuir pertença ou propriedade; assumir; tomar adequado pertinente; desenvolver capacidades e meios (instrumentos, modos) de ação, de produção.” (SMOLKA, 2000, p.36).

Para Smolka (2000) esses modos de apropriação podem ou não coincidir. Além disso, ela nos diz que eles podem ocorrer produzindo sentidos não esperados, não previstos, não previsíveis. Isto Ocorre devido ao fato de estarem relacionados aos signos e sentidos de cada um.

Porque se signos e sentidos são sempre produzidos por sujeitos em relação, os muitos modos de ação e interpretação desenvolvidos (no tornar próprio,

no atribuir pertença, no tornar pertinente, no adequar, no transformar...) são parte de uma prática historicamente construída, de uma trama complexa de significações nas quais eles participam sem serem, contudo, capazes de controlar a produção, de reterem ou de se apropriarem dos múltiplos, possíveis e contraditórios sentidos (que vão sendo) produzidos..(SMOLKA, 200, p. 39)

No nosso estudo, com base nas respostas dos questionários, podemos perceber que 16 participantes não utilizavam a praça antes da revitalização e 14 responderam que já a utilizavam.

A pequena diferença entre a relação do número de usuários antes e depois da revitalização deu-se pelo fato de que o espaço já vinha sendo utilizado por um grupo específico, os skatistas.

De acordo com os relatos dos participantes, este grupo começou a frequentar a praça em meados de 2010, quando construíram os primeiros obstáculos nas quadras para que pudessem usufruir do espaço para a prática do skate. Hoje, a pista de skate é nomeada como Caio Ramos “Lemão” (Figura 4), em homenagem a um dos skatistas, já falecido, que ajudou a construir os obstáculos antes da revitalização.



Figura 5 - Placa em Homenagem à Caio Ramos “Lemão”.

Segundo as respostas dos questionários, estes são alguns dos usuários que vêm de mais longe para poder usufruir do espaço de lazer. Pois essa é a única pista de skate na região de Barão Geraldo, e é considerada por eles uma boa pista na cidade de Campinas. Sendo o espaço mais ocupado e utilizado da praça.

Apesar do grupo dos skatistas utilizarem a praça antes da revitalização, os resultados nos mostram que a maioria da população da região não utilizava a praça Mario Gadioli, pois os únicos equipamentos de lazer eram duas quadras que não passavam por manutenção. Assim, podemos afirmar que a revitalização desse equipamento de lazer trouxe uma aproximação da comunidade com o espaço, permitindo que essas pessoas pudessem realizar práticas vinculadas a cultura corporal de forma gratuita.

Esses resultados vão ao encontro aos estudos de Bahia e Figueiredo (2017), que relatam a importância de políticas públicas favoráveis ao uso e usufrutos dos espaços públicos de lazer gratuito e para todos.

Um outro grupo, para o qual devemos chamar a atenção, que começou a utilizar a praça mais recentemente, é o grupo de capoeiristas. Estes começaram a utilizar o espaço no início do ano, aproximadamente em março. Normalmente às terças-feiras à noite, eles se reúnem em uma roda de capoeira.

Segundo relato dos participantes, além da escolha do espaço devido à iluminação e ao chão liso com cimento, apropriado para a prática de capoeira, o grupo entende a capoeira como uma manifestação popular e de resistência. Sempre quiseram um espaço público para realizar seus encontros. No momento político de criminalização das manifestações artísticas, acreditam que a capoeira é uma manifestação política e que é o momento de ocupar as ruas com suas propostas.

Temos que chamar a atenção para que, mesmo com a revitalização, alguns problemas foram citados pelos participantes da pesquisa, como a falta de bancos, falta de lixeiras, bebedouro e banheiros. Também reclamaram que, na reforma, cortaram algumas árvores antigas que ajudavam a fazer sombras. Ainda com a melhoria na iluminação, esta ainda é um problema, pois a manutenção das luzes queimadas não é

feita constantemente. Podemos perceber aqui um “jogo de empurra”, como cita Amaral (2018), pelas autoridades em relação à manutenção da praça. Após a entrega do projeto e revitalização, a manutenção fica para o segundo plano e não recebe a devida atenção.

[...] apesar dos skatistas serem um grupo normalmente estigmatizados, estes são os que mais frequentam a praça e ao mesmo tempo o que mais cuidam dela. Segundo relatos, muitas vezes são os responsáveis por realizar reclamações junto a prefeitura para que haja manutenção no espaço. A maior reclamação é referente ao refletor que sempre está queimado. (DIÁRIO DE CAMPO, 20.01. 2019)

Em relação aos benefícios que a revitalização da praça trouxe para a região, os participantes citaram uma melhoria na iluminação, aumento do fluxo de pessoas e aproximação da população local. Podemos aqui fazer uma breve referência aos estudos de Jacobs (2013). Para a autora, a presença de pessoas atrai outras pessoas. Isto é, as pessoas sentem prazer em ver movimento, em ver outras pessoas. Assim podemos perceber a movimentação de pessoas para se obter mais segurança. Além de se ter mais frequentadores, temos mais observadores (“olhos vigilantes”) por ser um local mais atraente.

[...] João⁴ falou de uma praça mais próxima, algumas esquinas de distância de onde estávamos. Apesar de também ter sido revitalizada está sendo depredada. A praça não é tão aberta e movimentada como essa, mas ele não entende como duas praças tão próximas podem ser tão diferentes (DIÁRIO DE CAMPO, 12.01.2019)

Com este relato do participante da pesquisa conseguimos fazer referência aos estudos de Jacobs (2013) que parques não atrativos e não movimentados acabam sendo depredados e podem se tornar um problema. Pois a circulação de pessoas é pequena.

A praça Mario Gadioli se mostra privilegiada por ser um espaço amplo, aberto, com boa localização e bem iluminada. Um ponto que favorece a apropriação da praça é o bar de esquina na frente da praça na rua Ângelo Vincentin. Como mostra

⁴ Nome fictício para preservar a identidade do participante

os relatos de alguns participantes este bar tem uma grande importância. Afinal, é neste estabelecimento que muitos usuários compram água e utilizam o banheiro para continuar suas atividades.

Outros pontos interessantes citados nos questionários foram espaços para atividade física e prática de esportes, espaços de recreação, local seguro onde os jovens possam praticar atividades e crianças brincarem, atração para os jovens, local para união de familiares e amigos, mais possibilidade de lazer, possibilidade de que pessoas de outros bairros possam frequentar e praticar atividades, movimentação do comércio local, acesso à pista de skate, quadras e campo de areia, possibilidade de várias pessoas frequentarem independentemente da idade.

3.3 Lazer e Segurança

Um ponto importante para que se faça o desfecho desse estudo é a discussão sobre lazer e a sensação de segurança. Para isso, tentaremos responder a pergunta: a violência e a sensação de segurança podem ser um impasse para a prática do lazer?

Medeiros e Santiago (2017) relatam que o Brasil tem experimentado problemas no que diz respeito à Segurança Pública. O medo da criminalidade e da violência, junto com a sensação de insegurança, tem sido cada vez mais recorrente na vida da população.

A violência e a falta de segurança são apontadas como fatores que impedem a escolha do lazer das pessoas, contribuindo para que fiquem em suas casas. Aumentando assim o elevado número de indivíduos que tem como seu principal equipamento de lazer a casa (MARCELLINO, 2006).

Lima (2015) relata que a natureza do medo que afasta as pessoas dos espaços públicos é complexa e está associada a fatores abstratos e concretos que estão relacionados a esses espaços. Para o autor, a sensação de perigo pode estar relacionada a alguns fatores como a apropriação privada dos espaços comuns, a progressão de identidades territoriais com discurso focado nas diferenças, o

emuralhamento da vida social em ilhas utópicas de isolamento social e o crescimento da violência atrelada à sensação de perigo.

A sensação de insegurança como fenômeno pode ser atrelada a uma construção histórica baseada na necessidade de proteção e de controle, onde em algum ponto desse processo a capacidade de solidariedade deixa de ser priorizada (LIMA, 2015). Assim, essas áreas vão deixando de ser vistas como pontos de sociabilidade e relações vizinhas e, como consequência, os lugares públicos e ruas vão se tornando de fato cada vez mais perigosos.

Nesse sentido, Lima (2015) aponta ser necessário pensar o espaço urbano, em especial o espaço público de lazer, como um local de possibilidades, com papel privilegiado para a construção da solidariedade e uma sociedade mais igualitária.

Para Monteiro (2009), o aumento da violência e desordenamento urbano podem estar relacionados com o afastamento do cidadão dos equipamentos públicos de lazer, pois para ela, esses dois problemas citados anteriormente não podem ser somente associados como consequências da ordem econômica. Com isso, podemos considerar que o acesso a equipamentos de lazer pode ajudar a diminuir a violência urbana.

Assim encontramos uma similaridade da nossa pesquisa com os estudos de Medeiros e Santiago (2017). Esses autores nos mostram que a utilização de um espaço revitalizado, a partir das atividades do contexto do lazer, pode diminuir a violência de um certo local. Neste estudo, os autores apontam o lazer como um componente de política pública de segurança e reestruturação urbana com a redução dos índices de violência social.

Em nossa pesquisa, sobre a revitalização e a sensação de segurança, 23 participantes responderam que a revitalização da praça influenciou a sensação de segurança, enquanto 4 responderam que influenciou pouco, para 1 participante não influenciou e 2 voluntários não souberam opinar por não frequentarem a praça nem a região antes da revitalização. Entre os argumentos citados para a melhora na sensação de segurança, estavam a aproximação da população local, o aumento da circulação de pessoas e melhoria na iluminação.

Estes resultados corroboram com os estudos de Silva (et al, 2016). Para que as pessoas utilizem um certo equipamento de lazer nos espaços públicos, a percepção de segurança deve ser considerada um fator significativo. Além disso, com esses resultados podemos dialogar com Jacobs (2013) quando ela relata a importância da vida social nos espaços públicos para a manutenção destes espaços e da segurança. Lembramos também do estudo de Rechia e Betrán (2010), que afirma que quanto mais pessoas se apropriarem dos espaços públicos, mais esses espaços poderão oferecer segurança para os cidadãos.

Na revisão bibliográfica feita para esta pesquisa, a maioria dos estudos aponta que a precariedade dos equipamentos públicos, falta de manutenção e segurança podem ser um grande fator que influencia no direito e acesso ao lazer.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante este trabalho tivemos a preocupação de alcançar os objetivos propostos no início desta pesquisa. Com isso, pretendemos investigar as mudanças causadas pela revitalização da Praça Mario Gadioli, na região de Barão Geraldo, buscamos elencar quais atividades de lazer são realizadas na praça, verificamos a percepção de segurança dos moradores e usuários após o processo de revitalização da praça e ,neste processo, fizemos uma breve discussão sobre políticas públicas de lazer e o uso das cidades.

Assim podemos considerar que em junho de 2019 completou dois anos de revitalização e entrega da praça. Por ser uma revitalização nova, notamos que este período é curto para se observar mudanças complexas.

Apesar de se tentar fazer um levantamento sobre a praça e suas atividades, ela ainda está em processo de apropriação dos usuários. Novas atividades e grupos diversificados estão surgindo e se apropriando do espaço. Por isso, seria interessante a continuidade deste estudo para que pudesse ser possível a visualização das diferenças nos primeiros anos e nos anos posteriores.

Esta apropriação que está acontecendo é positiva no médio e longo prazo, pois, como cita Jacobs (2013), os parques de pouco uso e seus equipamentos são alvos de vandalismo e isso não é percebido nesse primeiro momento posterior à revitalização. Isso poderia sugerir que a praça está cada vez mais movimentada e estabelece o conceito usado pela autora dos “olhos vigilantes”.

Podemos perceber que a revitalização da Praça Mario Gadioli pode proporcionar às pessoas, em geral, práticas vinculadas à cultura corporal em um espaço público e gratuito.

Mais pessoas passaram a utilizar um espaço que antes era apenas utilizado por um grupo reduzido. A circulação de pessoas aumentou, proporcionando que essas praticassem as mais variadas atividades de lazer.

Observamos algumas limitações neste estudo, como a baixa aderência da população de moradores ao questionário do estudo. Entretanto, constatamos

resultados positivos que a revitalização trouxe para as pessoas e para a região em termos de sensação de segurança e acesso ao lazer.

As atividades mais citadas no estudo como prática de lazer na praça Mario Gadioli foram: andar de skate, futebol, caminhada, andar com o cachorro, corrida, praticar exercício e ver as crianças brincarem. Porém, com os resultados, constatamos que ainda há uma diferença entre as atividades de lazer entre os homens e mulheres. Enquanto estes preferem realizar suas atividades ao ar livre e fora de casa, as mulheres realizam suas atividades junto com a própria família e dentro do ambiente doméstico.

Notamos que na revisão bibliográfica realizada, a maioria dos estudos aponta que a precariedade dos equipamentos públicos, falta de manutenção e segurança podem ser um grande fator que influencia no direito e acesso ao lazer. Entretanto, apesar de a segurança ser pautada na maioria dos artigos como um dos motivos da utilização ou não de um certo equipamento de lazer, dificilmente os artigos se aprofundam no tema.

Com este estudo, notamos que a circulação de pessoas nos espaços públicos é importante para a segurança desses e na sensação de segurança de seus usuários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. B. et al. A Relação entre Gênero e a Adesão à atividade Física no Lazer. **Conexões**, v.9, n.3, 2012, p. 94-102. Disponível em < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637691/5382> > acesso em 23 de Setembro de 2019

ALVES, F. M., O Estado Brasileiro e os direitos Sociais: o Lazer. In HUNGARO, E. M.; DAMASCENO, L. G.; GARCIA, C. C. **Estado, Política e Emancipação Humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, São Paulo; Alpharrabio 2008. p.95-114

AMARAL, S. C. F. Política Pública, Lazer e Sustentabilidade: desafios e perspectivas. In BAHIA, M. C., (Org). **Novas Leituras do Lazer Contemporâneo**. Belém: Naea, 2018. p. 91 – 104.

AMARAL, S. C. F., COSTA, E. T. Possibilidade de Matricialidade na Administração Pública do Lazer. **Movimento**, v.18, n.1,2012, p. 205-220 Disponível em < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115323634010> > acesso em 20 de Agosto de 2018

BAHIA, M. C., FIGUEIREDO, S. L. O Direito a Cidade: reflexões sobre espaço público e lazer. In AZÊVEDO, P. H., BRAMANTE, A. C. (Org.) **Gestão Estratégicas das Experiências de Lazer**. Curitiba: Appris, 2017. P.135 – 150.

BETTIN, E. B.; PEIL, L. M. N.; MELO, M. P. Políticas Públicas Municipais de Esporte, Lazer e Espaços Públicos em Pelotas – RS na Gestão de 2009-2012. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 21, n. 1, p.96-106, 2018. Disponível em: < <https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/38544> >. Acesso em: 21 out. 2019.

CAMPINAS, Prefeitura Municipal. Plano Diretor e o Estatuto da Cidade, 2006. Disponível em: < <http://www.campinas.sp.gov.br/governo/seplama/plano-diretor-2006/doc/pdestatuto.pdf> > Acesso em: 05 Dez 2019

DUARTE, B. A. F. Recriando o Direito ao Lazer. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Auto, 2015, p. 23-44.

GIOVANNI, G.. As Estruturas Elementares das Políticas Públicas. **Caderno de Pesquisa - Nepp Unicamp**, Campinas, n. 82, p.1-23, 2009. Disponível em: < <https://www.nepp.unicamp.br/biblioteca/periodicos/issue/view/9/CadPesqNepp82> >. Acesso em: 28 out. 2019.

GOELLNER, S. V. et al. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades, **Licere**. 2010, v. 13, n. 2,p. 1-20. Disponível em <

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/815> > Acesso em: 13 Set de 2019

IBGE. População Residente no Distrito de Barão Geraldo - Campinas. IBGE Censo Demográfico 2010. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/761#resultado> > acesso em 24 de Outubro de 2017

JACOBS, J. **Muerte y Vida de Las Grandes Ciudades**. 3. ed. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LIMA, D. M. M. C. A Violência Urbana e a Sensação de Insegurança nos Espaços Públicos de Lazer das Cidades Contemporâneas. **Geoconexões**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, p.15-26, 2015.

MAGNANI, J. G. C.; O Direito Social ao Lazer na Cidade do Nosso Tempo. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2015, p. 7-22.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e Humanização**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Lazer e Educação**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2002.

_____. Lazer e os Espaços na Cidade. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e Política: Maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 65-92.

_____. Lazer e Sociedade: algumas aproximações. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e Sociedade: múltiplas relações**. Campinas: Alínea, 2008. p. 12-26.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: CARVALHO, C. S.; ROSSBACH, A. (Org.) **O Estatuto da Cidade: comentado** = The City Statue of Brazil: a commentary. São Paulo. Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MARINHO, A.; PIMENTEL, G. G. A. Dos Clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: PIMENTEL, G. G. A. (Org.). **Teorias do Lazer**. Maringá: Eduem, 2010, p. 11-41

MEDEIROS, L. Q. M.; SANTIAGO, D. R. P. Segurança Pública: opinião de moradores sobre a prática de lazer enquanto mecanismo de redução dos indicadores de violência. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p.139-165, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/licere/article/view/1650> >. Acesso em: 22 out. 2019.

MELO, V. A de; ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao Lazer**. Barueri: Manole, 2003.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de Lazer: Questões analíticas e Desafios Políticos. In: ISAYAMA, H.; LINHALES, M. A. (Org.). **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 136-164.

MINAYO, M. C. S. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes. 2009. p. 61-77. 2009.

MONTEIRO, M. As Relações Entre a Ocupação dos Espaços Públicos de Lazer e as Territorialidades. In: MONTEIRO, M; DIAS, C. (Org.). **Lazer e Periferia: Um olhar a partir das margens**. São Gonçalo: Instituto Usina Social, 2009, p. 93-101.

PELLEGRIN, A. Equipamento de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a, p. 69-73,.

_____. Espaços de Lazer. In: GOMES, C. L. (Org.). **Dicionário Crítico do Lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b, p. 73-75.

_____. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula a realidade. In: GOMES, C. L.; ISAYAMA, H. F. **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 45-60, 2015.

RECHIA, S.; BETRÁN, J. O. Parques Urbanos de Barcelona: relação entre usos principais e combinados, a diversidade na forma de apropriação e de segurança. **Movimento**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 16, 2010 p.181-202.

RECHIA, S., SILVA, E. A. P. C., GONÇALVES, S. F. A Praça é Nossa, Vamos Revitalizá-la! Conexão Entre Lazer, Educação Urbana e Práticas Ambientais. In: AZEVEDO, P. H., BRAMANTE, A. C. (Org). **Gestão Estratégica das Experiências de Lazer**. Curitiba: Appris, 2017. p. 151 – 160.

RECHIA, S; TSCHOKE, A. Espaços e Equipamento de Lazer nas cidades brasileiras: o que a produção científica aponta sobre essa realidade? In: ISAYAMA, H. F; OLIVEIRA, M. A.T. **Produção de Conhecimento em Estudos do Lazer: paradoxos, limites e possibilidades**. Belo Horizonte: UFMG, 2014, p. 91-111.

RUA, M. G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; VALADAO, Maria Izabel. **O Estudo da Política: Temas Selecionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SANTOS, F. C. Procurando o lazer na constituinte: sua inclusão como direito social na Constituição de 1988. **Movimento**, Porto Alegre, v. 20, n. 4, p.1305-1327, 2014. Disponível em: <<https://www.seer.ufgrs.br/Movimento/article/view/43785/32481>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, F. C.; AMARAL, S. C. F. Sobre Lazer e Políticas Sociais: questões teórico-conceituais. **Pensar A Prática**, Goiânia, v. 13, n. 3, p.1-13, 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fef/article/view/10175>>. Acesso em: 29 out. 2019.

SILVA, E. A. P. C. et al. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Curitiba, v. 38, n. 3, 2016 p.251-258. Disponível em: < <http://www.rbceonline.org.br/es-percepcao-da-qualidade-do-ambiente-articulo-S0101328916000329> >. Acesso em: 28 set. 2017

SMOLKA, A. L. B.. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 20, n. 50, p.26-40, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-32622000000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 05 dez. 2019.

APÊNDICE 1

Questionário Moradores

Identificação

Idade:

() 18 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () mais de 60

Profissão:

Há quanto tempo mora na região?

() Há menos de 1 ano () De 2 anos a 5 anos () De 6 anos a 10 anos () De 11 a 20 anos () Há mais de 20 anos

Em Relação a Praça:

Quais os benefícios que revitalização da praça trouxe para a região?

Quais os problemas?

Quais são suas atividades de lazer?

Quais atividades realiza na praça?

Frequentava a praça antes da revitalização? () Sim () Não

O quanto você considera que a revitalização da praça influenciou na segurança do local?

() Não Influenciou () Influenciou Pouco () Influenciou

APÊNDICE 2

Questionário Usuários

Identificação

Idade:

() 18 a 30 anos () 31 a 40 anos () 41 a 50 anos () 51 a 60 anos () mais de 60

Profissão:

Em Relação a Praça

Frequentava a praça antes da revitalização? () Sim () Não

Mora na região perto da praça? () Sim () Não

Quanto tempo demora para chegar e qual o meio de transporte?

Quais suas atividades de lazer?

Qual ou quais atividades realiza na praça?

Quais os benefícios que revitalização da praça trouxe para a região?

Quais os problemas?

O quanto você considera que a revitalização da praça influenciou na segurança do local?

() Não Influenciou () Influenciou Pouco () Influencio

ANEXO 1

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Revitalização da Praça Mario Gadioli: Espaço para o lazer e a Percepção de segurança pelos usuários e moradores da região.

**Pesquisadores: Profa. Dra. Silvia C. F. Amaral
Adriana Gimenes Gonçalves
Número do CAAE: 549018.8.0000.5404**

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

Esta pesquisa, desenvolvida na Praça Mario Gadioli, em Barão Geraldo – Campinas-SP, tem por objetivo analisar as mudanças causadas pelo processo de revitalização de um equipamento de lazer, elencar quais atividades de lazer são realizadas nesse espaço e analisar a sensação de segurança dos usuários da praça e moradores após a revitalização.

Apesar de serem realizadas pesquisas sobre lazer e o tempo de não trabalho, poucas são sobre equipamentos de lazer, o seu uso e a sensação de segurança dos usuários. Assim, nosso estudo pretende analisar, como este espaço é utilizado no tempo disponível contribuir com este debate que muito pode impactar na vida das cidades.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a responder um dos dois questionários que compõem a pesquisa. Esta pesquisa de caráter qualitativo será baseada nas respostas de dois questionários. Um será entregue para os usuários da praça (**Questionário Usuário**) e um outro para os moradores que circundam a praça (**Questionário Morador**).

Os dois questionários são bem parecidos com o único diferencial é que os moradores poderão responder a pergunta a quanto tempo moram na região. Os questionários são compostos por questões que possibilitam a caracterização do sujeito, como exemplos: profissão, idade e gênero. Além disso, possui perguntas que

caracterizarão quais atividades de lazer dos participantes e quais atividades são eles realizadas na praça Mario Gadioli.

Desconfortos e riscos:

Não haverá qualquer custo para os participantes, assim como terão a liberdade para não participarem da pesquisa caso esse seja o interesse. A pesquisa não representa riscos físicos ou psicológicos previsíveis para o participante. Todavia, o Preenchimento do questionário pode trazer algum constrangimento de caráter pessoal. Caso o participante não se sinta à vontade de preencher alguma questão orientamos que o espaço seja deixado em branco ou a questão não seja respondida.

Benefícios:

A pesquisa não trará benefícios econômicos ao participante, assim como, não possui benefícios diretos ao mesmo. Os benefícios serão de ordem científica e pelo aprofundamento do conhecimento e compreensão acerca dos benefícios que o processo de revitalização de um equipamento de lazer pode trazer e a relação com a sensação de segurança de seus usuários e moradores de uma certa região.

Acompanhamento e assistência:

Os pesquisadores ficarão à disposição dos participantes para esclarecimento de dúvidas sobre o estudo durante e após o preenchimento do instrumento.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

Não haverá qualquer ônus financeiro aos participantes. Será garantido o direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre o estudo você poderá entrar em contato com a Profa. Dra. Silvia Cristina Franco Amaral (pesquisadora responsável). Av. Érico Veríssimo, nº 701, Departamento de Educação Física e Humanidades, Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas – CEP: 13083-851, Telefone: (19) 3521-6635 e do e-mail: scfa@fef.unicamp.br. Ou com Adriana Gimenes Gonçalves, Av. Érico Veríssimo, nº 701, Departamento de Educação Física e Humanidades, Faculdade de Educação Física da Unicamp, Campinas – CEP: 13083-851, Telefone: (19) 98195-9752 e do e-mail: adriana.goncalves@usp.br

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNICAMP das 08:30hs às 11:30hs e das 13:00hs às 17:00hs na Rua: Tessália Vieira de Camargo, 126; CEP 13083-887 Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936 ou (19) 3521-7187; e-mail: cep@fcm.unicamp.br.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar e declaro estar recebendo uma via original deste documento assinada pelo pesquisador e por mim, tendo todas as folhas por nós rubricadas:

Nome do (a) participante: _____

Contato telefônico: _____

(Assinatura do Participante)

Data: ____/____/____.

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

(Assinatura do pesquisador)

Data: ____/____/____.